



A COMUNICAÇÃO COMO QUESTÃO

NO ÂMBITO DAS HIPÓTESES SOBRE A MIDIATIZAÇÃO

(UM PROBLEMA A SER REVELADO)¹

Jairo Ferreira²

Resumo

Neste artigo, buscamos respostas a seguinte pergunta: o que há de comunicação nas investigações sobre os processos de mediação? Tomando como referência a pesquisa que realizamos, localizamos o conceito de comunicação na proposição de Bourdieu de que comunicação e poder são indissociáveis, para, reversivelmente, perguntar: quando a comunicação não é poder? Na tensão entre esses dois polos, sugerimos a concretização dessa proposição conforme as hipóteses e categorias de análise da mediação que desenvolvemos em nossas pesquisas. A proposição é de que a mediação deve ser entendida como articulação entre processos de comunicação, dispositivos sócio-semio-tecnológicos e transformação dos contextos em decorrência de estruturas construídas socialmente. Entre essas estruturas, acentuamos as vinculadas aos códigos e sistemas tecnológicos. Nesse ambiente, de processos de mediação em curso, a comunicação pode ser analisada em diversas modalidades: reprodutora e regulatória, regressiva, ou espaço aberto à possibilidade de autonomização dos indivíduos.

Palavras-chave: mediação, comunicação, poder, dispositivos, indivíduos.

Abstract:

Taking as reference the research we made, we localized the concept of communication in Bourdieu's proposal that communication and power are inseparable to reversibly ask: When communication is not power? In the tension of these two poles, we suggest the making of this proposition according to the hypothesis and categories of analysis of the mediation we developed in our researches. The

¹ Este artigo foi elaborado no âmbito do Projeto CAPES/PROCAD 2007, intitulado CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA - Análise de investigações em curso, com base em critérios epistemológicos, para desenvolvimentos reflexivos e praxiológicos na pesquisa em Comunicação. O projeto reúne pesquisadores da UFG, UFJF e Unisinos. Bolsistas de IC: Rafael Hiller (CNPQ); Kassie Ritzel (UNIBIC). Foi originalmente apresentado no Seminário PROCAD "Crítica Epistemológica" (Unisinos, UFG, UFJF), reunião de Goiânia, 2011. A versão publicada se beneficia dos comentários e objeções aí apresentados.

² Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS. Pós doutor em comunicação pela UNR (Argentina). Formado em Jornalismo (UFRGS, 1982) e Ciências Econômicas (UFRGS, 1992), é mestre em Sociologia (UFRGS, 1997) e doutor em Informática na Educação (UFRGS, 2002), com sanduíche nos Arquivos Jean Piaget e na Unidade de Tecnologias Educacionais da School of Psychology and Education, University of Geneva (2000). Coordena o Projeto/PROCAD intitulado "CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA - Análise de investigações em curso, com base em critérios epistemológicos, para desenvolvimentos reflexivos e praxiológicos na pesquisa em Comunicação", com pesquisadores da UFG, UFJF e Unisinos. Email: jferreira@unisinos.br





proposition is that mediatization must be understood as an articulation among processes of communication, dispositifs social-semio- technological and the transformation of the contexts as result of structures socilally built. Among these structures, we highlight the ones bound to the technological codes and systems. In this environment, of processes of mediatization in course, communication might be analysed in several modalities: reproductive and regulatory, regressive or open space to the possibility of autonomization of the individuals.

Key-words: mediatization, communication, power, dispositifs.

1 Introdução: perguntas e respostas preliminares

A “comunicação” tem aparecido em muitas investigações sobre midiatização como um nome. Um nome que designa processos. Mas também nas investigações em curso, em teses e dissertações, observamos que autores, ao descreverem os processos de midiatização, nem sempre fazem isso a partir de uma problematização sobre o que é, aí, comunicação. Essa lacuna pode ser observada inclusive quando investigamos casos sobre o que é midiatização.

A ausência de hipóteses sobre o que é comunicação nessas investigações, indica que se trata apenas de um operador semântico (um nome), e não de um operador cognitivo (uma hipótese). Há, portanto um paradoxo nas pesquisas em curso sobre a midiatização: uma complexificação de leitura sobre os processos de midiáticos sem explicitação da comunicação como hipótese.

Nesse sentido, a pergunta “o que há de comunicação em nossas é investigações?” é necessária para atingir esse espaço qualificado, mas carente de fatos passíveis a sua identificação e de relações claras sobre como ocorre. Numa posição de autoanálise epistemológica, incluindo aí o esforço de tomada de consciência sobre esse lugar relacional, buscamos um retorno às origens de nossas investigações, para tentar ver, ali, um vínculo original (perguntas e proposições), que permitam identificar qualidades, coisas, nomes e relações concretas para se pensar o que é comunicação midiática.





Em termos de problema, a fonte de nossa reflexão pode ser assim formalizada: a hipótese central da formulação de Bourdieu de que todo ato de comunicação é também um ato de poder (o poder simbólico). Essa hipótese é uma crítica teórica que corresponde, precisamente, às nossas percepções e sentidos do mundo onde nos inserimos. Resgatá-la é também caminho de localização de um objeto perdido, inclusive no sentido estratégico: a utopia de que comunicação é um processo que rompe com as relações de dominação, e, nesse sentido, é possibilidade de hominização (afastamento das barreiras herdadas da natureza). Daí, a comunicação como problema ontológico, epistemológico, estratégico e (finalmente) simbólico (lugar de condensação do que vivemos).

Nesse sentido, a pergunta - o que é comunicação? -, permite, partindo do pressuposto teórico, a outra: quando a comunicação é a ruptura com as relações de poder? Caso isso não seja elaborado, a midiatização seria, apenas, um lugar de reprodução das categorias sociais clássicas (classe, estado, economia, política, cultura, etc.), e, assim, estaríamos voltando a uma formulação sobre o lugar dos meios perante os processos sociais.

O outro risco do resgate é ser um gesto abstrato (comunicação e utopia válida para toda e qualquer situação). Nesse sentido, nosso esforço será então de localizar essa proposição abstrata (de que comunicação é ato de poder; comunicação é não poder), em um conjunto de categorias que, relacionadas, nos permitam concretizá-las. Busco essas categorias no espaço das hipóteses sobre a midiatização que desenvolvemos em nossas pesquisas.

1.1 Contexto reflexivo: hipóteses sobre midiatização

Nosso contexto reflexivo são hipóteses que acionamos nos estudos sobre midiatização. Essas hipóteses sobre a midiatização de processos sociais não são exclusivas. Pelo contrário, num espaço reflexivo onde não há fechamentos teóricos, as hipóteses são





relativas a um jogo, onde diversas outras angulações podem e devem ser pensadas enquanto possibilidades direcionadas a interpretações produtivas sobre um conceito e teorizações em andamento em conjunto com a pesquisa empírica.

Os eixos de leitura dessas pesquisas sobre mediação são: a) os processos de comunicação (entendidos como relações entre recepção e produção, mas crescentemente a circulação como objeto da mediação); b) os dispositivos em jogo (exemplo, dispositivos que podem ser agrupados como televisivos, digitais, etc.); c) os contextos sociais em jogo (estratégias, contratos, valores, normas e discursos sociais, de instituições especificamente midiáticas e não midiáticas).

No contexto de nossas hipóteses sobre mediação, há uma formulação que é central para pensar os processos sociais envolvidos aí. É nossa terceira proposição (considerando que hipótese é um conjunto de proposições em relação). A terceira proposição se refere a formulação de Bourdieu de que as práticas são estruturadas e estruturantes (poder simbólico), afetando as interações. Essa formulação nem sempre permite verificar a gênese da mediação, naquilo que é ocorrência de uma diferença (novas mediações) histórica e social, embora permitam verificar como, uma vez estruturada, afeta outras estruturas. Nessa perspectiva, a questão é, portanto, verificar que práticas são essas específicas da mediação. Numa abordagem mais ampla, se trata de verificar que códigos, estruturas e sistemas são constitutivos e construídos nas interações midiáticas que nos permite falar de uma singularidade da mediação perante outros fatos comunicacionais já analisados pelas ciências sócias, da linguagem e abordagens técnico-tecnológicas. A essas novas estruturas, chamamos de mediações midiáticas³.

Em nossa formulação, essa proposição está subordinada a outras duas.

³ O dispositivo como mediador é uma condensação de códigos, estruturas e sistemas de diversas ordens. Sem dúvida, para que seja de comunicação é condição que seja da geração de tecnologias de linguagem, nominada como tecnologias mediadoras por Santaella (2007). Mas isso não resolve sua validade social. Essa depende das interações (e, nesse aspecto, o conceito de dispositivo de Braga, 2011, é preciso).





Uma, a primeira, que se refere à transformação dos processos de comunicação. A mediação se constitui em torno de uma nova problemática: a circulação intermediária, ou seja, a circulação realizada no âmbito da constelação de dispositivos midiáticos, entre produtores que ocupam posição de consumidores de produtos midiáticos, e de indivíduos-consumidores que passam a ocupar (nas chamadas redes sociais) posição de produtores (configurando o consumo produtivo ou produção consumidora). Esse processo ontológico é anterior a momento contemporâneo, mas atualmente as possibilidades de apropriação dos dispositivos para realização dos processos circulares de produção↔consumo estão aceleradas com as tecnologias digitais.

Outra, que designo de segunda, de que o processo de circulação é agenciado pelos dispositivos midiáticos. Chamo de dispositivos midiáticos todos os dispositivos de comunicação diferida no tempo e no espaço. O agenciamento pode ser observado em três dimensões em relações matriciais: técnica e tecnologia; interações; e semio-linguística-discursiva. As relações entre essas três dimensões não é de determinação unívoca e linear. É uma relação matricial, de mutuas determinações, que podem ser investigadas conforme cada caso. A formulação geral é de que a comunicação e os sentidos estéticos, funcionais e epistemológicos e informacionais são transformados conforme as configurações dos dispositivos midiáticos.

É visível que em nenhuma das proposições acima se propõe a dizer o que é comunicação. Fala-se de um processo sem se dizer o que é substantivo.

1.2 Comunicação e poder

Em Sobre o Poder Simbólico, Pierre Bourdieu (2002) apresenta formulações que consideramos centrais para a crítica a concepções transcendentais, contratualistas e puras da comunicação. Crítica ao transcendental se dirige às análises das interações que





desconsideram o arbitrário, o social e o historicamente determinado; ao contratualistas, porque denegam as relações de força conjuntivas, injuntivas e disjuntivas nas interações; ao puras porque consideram a comunicação desarticulada de outras dimensões de poder simbólico (que será posteriormente, definido como condensação dos poderes particulares, de instituições e dos grandes mercados definidores de capitais econômicos, políticos e culturais).

Em Bourdieu, esse poder, entretanto, não se afirmaria sem “a concordância entre as inteligências” - ou, aquilo que o torna possível, “o conformismo lógico, quer dizer, —uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa”. Com essa hipótese, Bourdieu se diferencia do estruturalismo, que, segundo ele, reduziria a função dos símbolos a sua função de comunicação (aquilo que une)⁴. Por outro lado, no mesmo texto, dirige sua crítica ao interacionismo, que, ao reduzir relações de força a relações de comunicação, não vê que:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os —sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a —domesticação dos dominados (2002, p. 12).

Essa sua formulação permanece em suas teorizações diversas, especialmente nos dois conceitos que articulam suas pesquisas e hipóteses sempre mais complexas. Um, o de habitus, como disposição incorporada, quase postural, que possui um poder gerador diverso do que propõem as filosofias transcendentais e universais. Outro, o de campo,

⁴ Os símbolos são os instrumentos por excelência da —integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral (2002, p. 11).





como estrutura objetiva que define espaço de possibilidades efetivas de interações entre os indivíduos. Com esse segundo conceito, se tratava mais do que transferir, por metáfora, proposições conhecidas (teoria do campo, de Lewin, articulada com uma terminologia da economia política) a um novo universo e objeto. A adoção do conceito de campo (com suas dimensões de investimento, concorrência, oferta, monopólio, procura, consumo, produção, etc.), foi, segundo o autor, uma exigência do próprio objeto, de tal forma que Bourdieu dirá que a economia estrito senso não é mais do que um caso específico das diversas economias sociais em jogo.

A partir dessa crítica ao estruturalismo, de um lado, e ao interacionismo, de outro, Bourdieu converge com um lugar epistemológico pós-estruturalista, concorrendo com outras alternativas críticas: o próprio pragmatismo interacionista, a desconstrução, a fenomenologia, e, no mundo paralelo, a semiótica de Peirce. A principal contribuição dessa formulação é localizar uma tensão entre as práticas (que incorporam códigos, estruturas e sistemas) e as interações (usos, apropriações). A essa síntese, os comentadores nominaram de formas diferenciadas (estruturalismo gerativo, interacionismo estruturalista⁵, entre outros).

1.3 Breves comentários sobre zonas de impasse epistemológico: entre as práticas e as interações

Os interacionistas “puros”, seguindo uma tradição quase filosófica, se negam a falar de práticas intercedendo nas interações. Na discussão sobre midiaticização, ficam mais confortáveis ainda, pois, argumentam, caso mantivessem a perspectiva estruturalista, não poderiam de falar nada de novo em relação ao que já foi dito pela sociologia, antropologia, ciência política e psicanálise. Sendo assim, por uma necessidade, aqui (no

⁵ Nesse grupo podemos colocar Patrick Charaudeau e Jean Piaget.





campo da comunicação), o interacionismo pode se libertar das amarras e pressões das ciências sociais ocultas, as quais estariam sempre a buscar, para além da superfície visível das trocas, as estruturas do tipo gerativas de que falam todos os filiados nessas referências.

No que consideramos válido o argumento dos interacionistas: como não há espaço, na teoria de Bourdieu, para a transformação das estruturas (daí a crítica de que suas proposições são reprodutivistas), a alternativa é creditar os processos de mediatização às interações. As formulações de Bourdieu em sua terceira fase fortalecem esse argumento (Ferreira, 2006). Nessa fase, aparecem aí as afirmações de que: a “mídia” age no sentido de compatibilidade com o mercado imediato e convergente com o valor da opinião pública na política; desconstitui posições de partidos, sindicatos, movimentos sociais e personalidades políticas em nome da opinião geral supostamente registrada nas pesquisas de mercado, esvazia a política de seus conflitos, tensões e possibilidades, subordinando a dinâmica social a um jogo racional de planejamento em torno da vontade média.

A transposição dessa relação para a produção de cultura tem o mesmo efeito negativo, na medida em que tende a reduzir a esfera da cultura ao mundo homogêneo das necessidades médias, sem movimentos, autores, escolas, conflitos e tensões que geram novas formas de expressão. Aqui, nesta terceira fase, Bourdieu abandona a tese da distinção no mercado cultural, na medida em que a concorrência entre as mídias resulta em um universo discursivo homogêneo, fortalecido pela auto-referencialidade dos jornalistas. As tensões no campo decorrentes da formação acadêmica dos profissionais em jornalismo não são suficientes para levar os profissionais “inquietos, insatisfeitos, revoltados” a um poder efetivo de transformação do campo de produção midiática.

Essa última fase do pensamento de Bourdieu, em nossa interpretação, demonstra os limites da perspectiva sócio-antropológica, isoladamente, para a análise dos processos midiáticos (Ferreira, 2005). A hipótese de que as estruturas estão em reprodução reduz a





midiatização a um objeto das ciências sociais clássicas. A comunicação se reduz a ciência social aplicada. O gesto epistemológico é também político, na medida em que define posicionamentos no campo acadêmico.

Na perspectiva das práticas, ou se demonstra que novos códigos, estruturas e sistemas são construídos socialmente, ou a midiatização é lugar de tensões entre as esferas da cultura, da economia, da política, etc. Ou, ainda, e esta tem sido uma solução que configura uma rede epistemológica forte no campo da comunicação no Brasil, a comunicação requer, antes de tudo, o ângulo dos usos e interações (e não das práticas que manifestem a história e social incorporado).

Portanto, é preciso dizer onde, nessas esferas, se encontra a ruptura, transformação e descontinuidade ontológica, que permita um lugar epistemológico diferenciado. Se esse lugar não é revelado, há um fortalecimento do argumento interacionista e/ou das perspectivas que acentuam os contextos sociais (cultura, economia, política, etc.) relacionáveis aos processos midiáticos.

Ou, numa outra perspectiva, é necessário buscar a superação dos limites do estruturalismo. Há, aqui, homologias de impasses. Em trabalho publicado no livro Estudos de Comunicação (2009), Ricardo Diviani (2010) afirma que Verón

abandona a concepção de código e signo saussureano, na tentativa de desenredar-se de toda a concepção instrumental, representacional e imanentista da linguagem, para ir em direção a uma teoria da discursividade social aparentada com uma visão construtivista do conhecimento. Uma perspectiva como a estruturalista, centrada no código, supunha a idéia de uma coleção de unidades pré-existentes que o sujeito combina nas mensagens. Portanto, uma comunicação entendida enquanto ato voluntário: “Concepção subjetiva instrumental do sujeito enunciador: o vínculo entre este último e o repertório “disponível” se estabelece na forma de uma intenção de comunicar...”. Ali, ele começa a abandonar os princípios centrais da semiologia estruturalista do signo binário saussureano, não apenas por considerá-los insuficientes para a análise de fenômenos complexos de significação, mas também por representar parte da concepção funcionalista-burguesa da sociedade, já que o código é o nome que se dá ao “consenso social” que torna possível a comunicação enquanto conjunto de normas institucionalizada (Diviani, 2010).





Problemática da década de 70 (limites do estruturalismo), entre as soluções diversas, o construtivismo indica uma base compartilhada. Nas proposições de Bourdieu, esta em jogo a perspectiva sócio-antropológica; em Verón, há um objeto que caracterizamos como semio-discursivo. Em ambos, se trata de estabelecer relações entre condições de conhecimento, comunicação e ideologia, ou entre o consenso e a dominação. Entre os dois, se fixa a crítica à crença de uma teoria da representação, de intencionalidade, etc. Porém, daí, dois caminhos diferentes. Veron vai buscar em Peirce o socorro para os limites do estruturalismo, focando na problemática do método os requisitos para análise da ideologia. Bourdieu fará outro deslocamento, ao propor uma síntese entre perspectivas estruturalistas clássicas e interacionistas, através de uma teoria das práticas, na qual as estratégias de conservação e acumulação de capitais são percebidas atualizando, em interações, as normas sociais em jogo (ou, em síntese, os usos re-constituindo as regras a partir das estratégias).

Enfim, um problema epistemológico de uma época. Outros autores entram nessa questão. Numa herança do estruturalismo, Charaudeau (1983) vai criar um modelo onde os signos são construídos nas interações⁶, mas simultaneamente herdando núcleos metadiscursivos, atualizados no processo. Na perspectiva cognitiva de Jean Piaget, os processos lógico-operatórios são construídos nas interações dos indivíduos com a natureza e com a sociedade, sendo de suma importância, aí, o conceito de inconsciente cognitivo.

⁶ O sentido do ato de linguagem, em Charaudeau, ultrapassa o dito. A significação é uma produção que depende do jogo entre os interlocutores, constituído pelas perspectivas abertas pelos pontos de vista de uns em relação aos outros e sobre as circunstâncias de discurso nas quais estão inseridos os protagonistas, o que se expressa na atividade serial da linguagem. Para Charaudeau, a força do emprego das palavras sobre determinados contextos idênticos e diferentes gera precipitações que sedimentam constantes de sentido, as quais compõem o Núcleo Metadiscursivo (Nmd). Estes sentidos de uma marca lingüística testemunham um contrato social não escrito sobre o lugar de um significante.





Estes impasses epistemológicos não estão solucionados. Bernard Lahire (2002) atualiza este debate entre práticas e interações. Sua perspectiva é mobilizada no debate de Bernard Miège (2008), que desenvolve sua crítica a partir do acento sobre as práticas, com Serge Prouxl (2008), que afirma a validade da perspectiva dos usos, quando discutem a midiatização.

Essas discussões acentuam, em nossa formulação, as dimensões sociais da comunicação, ou a comunicação enquanto processo social. Elas devem, para ter validade, ser contextualizada a formação social em que ocorrem (no caso, o Brasil), com suas singularidades. Nesse sentido, nossa proposição é de que a força das perspectivas interacionistas no campo da comunicação pode ser fundamentada no real da situação brasileira, a partir de dimensões que acentuam o peso relativo das interações frente às práticas (nas quais história e sociedade se manifestam). Há muitas situações no Brasil que se aproximam de casos de “desvio e desajustamento” (Lahire) do mundo social. Acentuamos três específicas:

Contradição com o até então incorporado _ diversidade histórica e cultural da formação Brasil, sem hegemonia definida. Ou seja, não há projetos fortes de um Brasil purificado etnicamente.

- Imigrações internas remetendo a diversidade
- Desvios entre disposições e situações – outros em ambientes de outros.
- Transformações históricas fortes – populismo, ditadura, democracia, novas configurações recentes, na economia e na política.

Essas situações acentuam a importância do presente sobre o passado, das interações relativamente aos contextos, dos usos em relação às práticas. Configura-se aí uma base no real (ontológica), que fortalece ângulos interacionistas na análise da comunicação. A comunicação é, nessas perspectivas, uma problemática do social, que deve ser revelada num campo epistemológico específico, na medida em que as ciências





sociais clássicas se dedicaram às diversas práticas e contextos (psicológicos, antropológicos, culturais, econômicos, políticos, etc.). Nesse sentido, a perspectiva interacionista se insere na continuidade de ângulos socio-antropológicos e semiológicos que, em relação, acentuam o peso do presente perante o passado, do aqui e agora, perante os códigos, estruturas e sistemas incorporados. O problema comunicacional, em nossa percepção, pode, então, ser anunciado assim: numa sociedade em que as práticas são frágeis (caso Brasil) ou se fragilizam (caso Mundo⁷), as interações estão subordinadas a ocorrência da comunicação ou serão resolvidas à força.

Entretanto, a resistência das práticas perante os processos de interações de um presente que pede passagem, pode ser a chave da chamada primavera árabe (mais do que a democracia). Interessante, nesse sentido, a China – uma sociedade das práticas, que emerge. Portanto, a fragilização das práticas é mais evidente na cultura ocidental cristã-judaica. Essas resistências diferenciais marcam formações distintas em termos de mediação. E, por isso mesmo, a mediação não pode ser definida apenas em termos de interações.

2 Os dispositivos como condições de produção, consumo e circulação: a tecnologia inscrita nos impasses entre práticas e interações

Sem desconhecer a força ideológica, ontológica, política e epistemológica das perspectivas interacionistas na área, queremos acentuar outro lugar de incorporação e, portanto, de práticas – que é transversal, universal (ou somente global?) – que é atualizado nas interações: os dispositivos. Isso é, sem negar o peso maior relativo das

⁷ A resistência das práticas perante a requisição de usos e interações de um presente que pede passagem, pode ser a chave da chamada primavera árabe (mais do que a democracia). Interessante que a China é a sociedade das práticas, que emerge. Portanto, a fragilização das práticas é mais evidente na cultura ocidental cristã-judaica. Essas resistências diferenciais marcam formações distintas em termos de mediação. E, por isso mesmo, a mediação não pode ser definida apenas em termos de interações.





interações, dos usos, perante as práticas (tanto no caso Brasil como no caso Mundo), queremos acentuar que estruturas, códigos e sistemas são essas específicas da mediação.

Numa abordagem mais ampla, se trata de verificar que códigos, estruturas e sistemas estão presentes nas interações midiáticas que nos permitem falar de uma singularidade da mediação perante outros fatos comunicacionais já analisados pelas ciências sócias, da linguagem e abordagens técnico-tecnológicas, e que, simultaneamente, atravessam a comunicação requisitada nas interações.

Essa formulação reconhece que entre essas perspectivas, a interacionista é especialmente produtiva, pois uma de suas questões centrais de pesquisa é de como os códigos são criados e transformados nas interações. Mas, como está dito, acentuo as relações disso com a construção de novos códigos, estruturas e sistemas subjacentes às próprias interações. Isso porque, conforme a perspectiva que indicamos, a dificuldade dessa perspectiva de buscar estruturas gerativas no âmbito das interações é o risco de se ficar na superfície das condições sociais de produção, consumo e circulação. Sugerimos, então, aqui, que é necessário pensar quais as transformações das condições sociais de produção, consumo e circulação simbólicas que podem ser isoladas (abstraídas).

Em nossa proposição, essas condições são as configuradas pelos dispositivos midiáticos. Nessa proposição, diferencio as três dimensões centrais que configuram os dispositivos midiáticos (a sócio-antropológica, a semio-linguística-discursiva e a técnico-tecnológica). As três transformações são simultâneas, matriciais. Isolar cada uma das dimensões se faz sob o risco de uma abstração perante um concreto que só existe enquanto relações entre as diversas partes. Acentuando isso, na forma de uma abstração levada às suas consequências, queremos, nos encaminhamentos finais deste artigo, colocar questões em jogo para pensar a comunicação em processos midiáticos.

Especialmente importante para análise desses processos, hoje, são os dispositivos digitais. As tecnologias digitais seriam impensáveis sem a língua escrita, a filosofia e a





lógica proposicional. Materializam essas três heranças, no âmbito dos processos modernos de acumulação de capital, incluindo os avanços tecnológicos. E, certamente, é possível pensar que os códigos digitais (bits) têm uma dimensão arbitrária (social) e uma, operatória (lógica), assim como os códigos sociais e os relativos aos aparatos semio-linguísticos.

É uma convenção, produtiva sem dúvida (economia máxima na relação energia e fluxo), a redução de todos os sinais a 'zero' e 'um'; mas, uma convenção, a um só tempo, operatória e estratégica. Quando código, estrutura lógica e uma determinada forma de conhecimento são acopladas, temos um sistema (designado como sistema especialista ou, o básico, operacional). Esse conhecimento pode ser estratégico, epistemológico e, inclusive, estético.

Ou seja, no âmbito desses sistemas, é extremamente plausível se denominar estruturas as inúmeras cadeias lógico-operacionais de processamento de informações. Essas estruturas lógicas sustentam processos inferenciais diferenciados em termos de concepções, filosofias e valores subjacentes. Ou seja, a lógica se libera de sua base de conhecimento, se autonomiza, e ganha validade operatória para diversos tipos de filosofias e estratégias. Importa a lógica em si, o que permite uma atualização da discussão filosófica da lógica (se haveria uma lógica vinculada ao pensamento livre, como discute Marcuse em Ideologia e Sociedade Industrial).

A lógica é linguagem se compreendemos a lógica como semiótica (Peirce). Nesse sentido, são tecnologias cognitivas e semióticas. Essas estruturas lógicas absorvem a herança lógica da espécie passível de produzir inferências maquínicas. Mas só produzem inferências porque há fluxo de informação, que pode ser sobre várias dimensões do objeto, incluindo as tecnologias de interpretação do objeto informado.

Sua potencia heurística ultrapassa as competências cognitivas individuais, embora sejam impossíveis sem mobilizar e modelar dessas competências individuais. As máquinas inferenciais (desde as básicas até as complexas – sistemas especialistas baseados em





projetos de inteligência artificial) demonstram, por simulação, que a base lógica do conhecimento pode ser compartilhada entre soluções diferenciadas em termos de filosofias. Ou seja, diferentes filosofias podem mobilizar as mesmas estruturas lógicas. Um sistema nesse sentido é a articulação de diversas estruturas lógicas. Um sistema faz essa articulação em interface com diversas filosofias, estratégias (jogos de sucesso) e possibilidades (estéticas).

Os códigos, estruturas lógicas e sistemas digitais também estão subordinados as convenções sociais (o arbítrio definindo uma sequência de determinadas operações que asseguram sua viabilidade lógica). Porém, o fato de que sejam compartilhados pela espécie (afinal, não há códigos digitais conforme culturas, distinções ou classes), não só o código como as estruturas lógicas em permanente processo de invenção, produz, em si, uma nova base – ou, retomando nossa discussão anterior, novas condições de produção, consumo e circulação de informações, mensagens e possibilidades de comunicação, em rede, conforme os dispositivos em jogo (isso é, dependendo das interações e dos fluxos sócio-antropológicos e semio-linguísticos-discursivos que os contextualizam).

É um capital social cognitivo, coletivo, materializado em processos maquínicos. O trabalho vivo (em especial, do especialista) para sua produção, se objetiva neles, e reduz sua presença perante a força do capital morto. Ao mesmo tempo, é requisitado para as finalizações, pois, sem mobilizar as redes de circulação internas, dos corpos biológicos, ativados, e, por esse meio, os coletivos corpóreos, as redes em suas dimensões tecnológicas, morrem, assim como a língua escrita quando não falada, morre.

Ao unificar, em determinados códigos e lógicas, a base de produção de conhecimento e de comunicação, a distinção de conhecimento se revela em sua identidade operatória. O arbítrio perde assim sua justificação lógica, mas ganha força como distinção filosófica. E se revela como tal, filosofia das práticas e das interações.

Isso, em si, seria apenas uma forma decorrente das estratégias de acumulação de capitais, mesmo que seja apenas de capitais cognitivos, de disputas atualizadas sobre a





produção de bens simbólicos e materiais, não fosse o desdobramento semiológico em processo. Nossa proposição é de que as novas máquinas permitem retomar a problemática da representação. Exemplo: o esquadramento digital de imagens, por exemplo, reproduz sinais (indícios) que propiciam, quando mediadas por sistemas especialistas e suas inferências, percepções tal qual as interações presenciais, com a potência de traduzir em estratégias, leituras epistemológicas e estéticas, conforme bases de conhecimentos socialmente acumuladas. Assim, hoje, se, por um lado, uma imagem fotográfica digital reproduz indícios inferiores a potência de uma analógica, por outro, pode, ao contrário da analógica, ser “lida” por sistemas especialistas maquínicos, distribuindo competências de interpretação que antes ficavam retidas aos campos sociais de especialistas.

Isso conecta, potencialmente, os indivíduos no plano sensorial, perceptivo, cognitivo. Os indivíduos são passíveis de reconhecimento nos e pelos sistemas maquínicos, conforme bases de conhecimento social acumulado, diferenciados conforme determinadas filosofias, ou disputas entre elas, ou em conformidade com determinadas estratégias de acumulação. Permitem a devolução, aos indivíduos, de energias acumuladas, temporal e especialmente diferidas, traduzindo isso em inferências conforme os bancos de conhecimento que queiram incorporar as modalidades de sistema em uso. Há duas direções de transformações possíveis vinculadas às transformações tecno-semio-cognitivas.

Uma, relativa às condições sócio-antropológicas (objeto da sociologia, antropologia, psicologia, estudos culturais, economia política, etc.) de práticas e interações diferidas em conformidade com dispositivos diferenciados pelas tecnologias digitais. Nessas, abrem nossas possibilidades de interações, atualizadas conforme as práticas e estratégicas dos indivíduos, que se regulam no próprio processo interacional. Essas práticas são acompanhadas de diversos discursos sociais sobre essas interações, que remetem às experiências em curso, mas também aos lugares de distinção que passam a





ocupar perante interações em outros dispositivos midiáticos e não midiáticos. As possibilidades de interpretação desses processos são acionadas, derivadas de alguns consensos mas também de um processo argumentativo em torno de validade das interações que aí acontecem para a realização dos objetos e economias a que se propõem. Esses processos ontológicos são operados pelo campo epistemológico também e especialmente da comunicação. É difícil dizer que há aí um *habitus*. Há usos, interações, na medida em que a transformação acelerada produz, como derivada, a falência das práticas. O *habitus* é um conceito que se refere a práticas mais estáveis vinculadas a reprodução (casa, *Maison*, casamento, celibato, filhos...) e produção (economia, política, cultura, instituições). Portanto, aqui, o aumento da força relativa da perspectiva interacionista é uma derivada da transformação das condições de produção materializada em dispositivos midiáticos.

A outra direção é transformações dessas transformações, ou seja, das condições materiais visíveis na construção da língua como um artefato (Havelock, 1996), passível de conservação e análise linguística, semiótica e discursiva. Novas redes, ramificações, possíveis com os códigos, estruturas e sistemas derivam das novas tecnologias de linguagem e cognição. Todas são traduzidas, convertidas, revertidas, produzindo uma sucessão de deslocamentos nas economias da linguagem (o valor da fotografia, da pintura, da arte, do texto, etc.).

3 A comunicação possível para além dos ritmos e rituais

Na perspectiva enunciada no início deste artigo, a comunicação é uma forma de subtrair as relações da guerra. Num determinado momento, a comunicação midiática se refere à neutralização da guerra entre os campos, na medida em que regula parte das regras dos campos de guerra, porém, com um débito elevado: a distinção que todos devem pagar para nela estar incluídos. Ou inversamente, correr o risco de ser condenado





inclusive pelos rebeldes a se render às suas lógicas (manifestas em rituais e ritmos do comunicar). Mantemo-nos aqui no âmbito das relações entre comunicação e poder. Mas comunicação e poder são relações derivadas da sociedade das práticas.

Nossa formulação é de que essas relações de prática-poder estão atualizadas nos processos de midiatização vinculados aos dispositivos marcados pelas tecnologias digitais, de um lado, e pelos processos de interação, por outro. Ou seja, no caso Brasil ou caso-Mundo, há uma erosão das práticas. As categorias de compreensão das ciências sociais clássicas (casa, matrimônio, família; economia, cultura e política; instituições reguladoras) são insuficientes para dar conta dessa processualidade onde os indivíduos percorrem trilhas em que a economias diversas, incluindo a semio-linguística, de um lado, e as interações possíveis, de outro, rompem com os rituais e ritmos anteriores.

Fazem isso num espaço onde há a emergência de uma nova realidade. Os códigos digitais, com suas estruturas e sistemas estão produzindo uma transformação dos dispositivos de comunicação e midiáticos, a partir de uma diversidade e infinidade de heranças, em que zonas de contatos sensoriais e perceptivos proliferam para além das demarcações produzidas pela linguagem escrita, com seu séquito de processos de distinção (entre nações, classes, frações, culturas, dialetos, etc.). A base representacional e semio-cognitiva das economias até então fundadas estão lançadas no espaço da incerteza.

Não se trata aqui de vê-los conforme as estratégias da indústria que o produzem, nem como estratégia de seus produtores, mas sim, como que, aquilo que é realizado, altera as bases ontológicas que balizaram as epistemologias de análise dos sistemas simbólicos dos séculos anteriores, pré-digitais, requisitando rupturas, transformações e descontinuidades epistemológicas. Arriscamos a dizer que o problema da defasagem está superado (uma ruptura que renova) por uma nova problemática: sendo contato, interface, zona de passagem, de fluxos, a digitalização das imagens, energias, fluxos, movimenta,





subterrânea, sentidos que ultrapassam tanto as intenções da produção como os gestos (in) conscientes do consumo.

Nessa nova epistemologia, acentuamos a importância de compreensão do indivíduo em busca de suas redes: as internas, que se revelem para além do artesanato da psicanálise⁸; as externas, onde possa tecer sua vida social e discursiva; as articulações entre as duas, sem coações, mas também sem anomias, o que significa, com autonomia. Essas ocorrências, quando observadas, ou vividas, são comunicacionais. Definido isso, se pode investigar o que há de comunicação nos processos midiáticos.

Referencias bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5ª Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Cap. 1, p. 7-16.

BRAGA, José Luiz . Dispositivos Interacionais. In: **XX Encontro Anual da Compós**, 2011, Porto Alegre. XX Encontro Anual da Compós, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Langage et Discours - Eléments de sémiolinguistique**. Paris, Hachette-Université, mars, 1983

DIVIANI, Ricardo. Para que investigar sobre comunicação em massa? Raízes epistemológicas de uma problemática dos anos 70 na Argentina: a discussão entre ciência e ideologia. IN: FERREIRA, Jairo (Org.) ; PIMENTA, F. J. P. (Org.) ; FREITAS, L. A. S. (Org.) . **Estudo de comunicação: transversabilidades epistemológicas**. 1. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2010. v. 1. 224 p.

⁸ Na revisão deste artigo, após o Congresso da Compós, percebi que essa perspectiva está sendo elaborada de forma original por Ciro Marcondes Filho. Ver o seu artigo, apresentado na Compós 2012, onde, em minha percepção, oferece um caminho para pensar a comunicação como uma processualidade que começa na esfera do indivíduo (mesmo que ele, Ciro, possa não concordar com essa categoria, indivíduo). As formas de contato do indivíduo com o ambiente como elo do social em que a comunicação deixa de ser imediatamente relação de poder, para se constituir como troca, alteridade, amor evolutivo.





FERREIRA, Jairo . **Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu.**

Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC), Florianópolis - UFSC, v. 2, n. 1, p. 35-44, 2005.

FERREIRA, Jairo . **O jornalismo como campo: do homogêneo ao heterogêneo.** Revista

Fronteira (UNISINOS), São Leopoldo, v. 4, n. 1, p. 81-94, 2002.

HAVELOCK, Erick. **A revolução da escrita na Grécia.** São Paulo: Unesp/Paz e Terra. 1996.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro A comunicação no sentido estrito e o metáforo

2012 - 2012 - **XXI COMPÓS: Juiz de Fora / MG**

GT - Epistemologia da Comunicação

MIÈGE Bernard, **Questionnement de la sociologie des usages comme voie privilégiée de**

l'approche des TIC, communication au Congrès de l' AISLF (GT 13: Sociologie de la

communication), présentée le 08-07-2008, diffusée sur le site du GT13 :

http://w3.aislf.univtlse2.fr/gtsc/DOCS_SOCIO/istambul/Actes_AISLF_GT13_Istambul_2008.pdf

PROUXL, serge. **La sociologie des usages, et après?**. Communication au Congrès de l' AISLF

(GT 13: Sociologie de la communication), présentée le 08-07-2008, diffusée sur le site du

GT13 :http://w3.aislf.univtlse2.fr/gtsc/DOCS_SOCIO/istambul/Actes_AISLF_GT13_Istambul_2008.pdf

SANTAELLA, Lucia . **Linguagens Líquidas na Era da Mobilidade.** 1. ed. São Paulo: Paulus,

2007.

